

Recortes de Imprensa

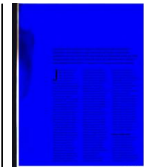
Janeiro 2009



CHECK IN | ACTUALIDADE

VIOÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS HOMOSSEXUAIS

O corpo é que paga



ESCONDEM-SE NO SILÊNCIO PORQUE É DOLOROSO FALAR NO ASSUNTO. POR MEDO. POR VERGONHA. MAS O SILÊNCIO QUE CERCA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA JÁ NÃO É SUFICIENTE PARA ABAFAR AS AGRESSÕES CADA VEZ MAIS FREQUENTES ENTRE GAYS E LÉSBICAS, E QUE JÁ LEVARAM A APAV A LANÇAR UMA CAMPANHA DE ALERTA. TEXTO: SÓNIA RAMALHO | FOTOS: GETTYIMAGES E ALEXANDRE STEPANOV/DREAMSTIME

Juntos há cinco anos, Ricardo e Carlos (nomes fictícios) eram o típico casal homossexual estável. Partilhavam a mesma casa e a relação tinha tudo para dar certo, não fossem os ciúmes que transformavam Carlos noutra pessoa. Desconfiava de tudo e de todos, os escândalos na rua eram uma constante e fazia questão de ir esperar Ricardo à porta do ginásio para se certificar que o namorado estava realmente sozinho. Um dia passou das palavras aos actos. Durante uma violenta discussão em casa e cego de ciúmes, Ricardo atacou Carlos com uma faca de cozinha. Quando viu o que tinha feito, prendeu-o no quarto para que as visitas que iam receber nessa noite não descobrissem. Carlos ficou trancado a sangrar durante várias horas. Este é apenas um dos muitos casos de violência doméstica entre casais homossexuais que se têm registado nos últimos anos em Portugal. O assunto chamou a atenção de Carla

Machado, investigadora da Universidade do Minho e autora do estudo Dupla Invisibilidade: a violência nas relações homossexuais, o primeiro efectuado no nosso país. *"Este é um fenómeno que já tem sido estudado noutros países, mas sobre o qual praticamente não há estudos nacionais. A minha equipa já tinha desenvolvido investigações na área da conjugalidade e do namoro heterossexual, donde era pertinente estudar outras formas de relacionamento amoroso"*. Se é comum pensar no agressor como uma figura masculina, Carla Machado aponta outra perspectiva. *"Tradicionalmente o poder está associado ao género, daí que se possa pensar que quando as diferenças não estão presentes, as relações são paritárias. Contudo, o poder não é redutível ao género e os próprios modelos tradicionais das relações podem 'contaminar' os relacionamentos homossexuais"*. Entre as conclusões do estudo baseado numa

pequena amostra de 65 indivíduos assumidos como homossexuais, há a destacar índices de violência semelhantes entre casais hetero e homossexuais. *"No nosso primeiro estudo, de 2005, encontramos níveis de violência bastante semelhantes aos da conjugalidade heterossexual: 20,6 por cento dos sujeitos admitiam alguma forma de vitimação e 15,9 por cento admitiam ter sido violentos em relação aos parceiros, sendo que as formas mais comuns de violência eram as mais leves"*. No entanto, num estudo mais recente ainda em fase de conclusão, Carla Machado e Laura Costa encontraram níveis de violência mais elevados.

AGORA É MESMO CRIME

Sensível a este aumento da violência doméstica entre casais do mesmo sexo, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) decidiu lançar no início de 2009 uma campanha sobre o tema. *"Percebida a questão da violência nas relações do mesmo género como uma*



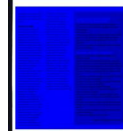
problemática que começa a emergir e que começa a ser diagnosticada, achámos que fazia sentido direccionar a nossa intervenção em termos de divulgação e informação para este público”, explica Rosa Savedra da APAV. “A percepção que fomos tendo foi que a violência entre pessoas do mesmo sexo tomava proporções muito semelhantes à da violência nas relações heterossexuais, pelo que fazia sentido sinalizar esta problemática. Dar-lhe algum reconhecimento e visibilidade para a população em geral”, explica. ‘Grite pelos seus direitos, a violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo é crime’ é a mensagem que se pode ler nos anúncios da associação. E se em 2006 a Associação Sindical de Juizes considerava não poder haver crime de violência doméstica caso o casal fosse composto por duas pessoas

do mesmo sexo, actualmente a lei já é diferente. “A nova lei dá visibilidade à questão nos casais homossexuais. Nesta campanha queremos relembrar às pessoas que a violência doméstica é crime e informar sobre o que podem fazer caso testemunhem situações que se ajustem a este tipo de problemática. Direccionamos a mensagem não apenas para as vítimas, mas para a população em geral”. Por opção ao silêncio, a vítima pode denunciar o caso à polícia. “Se é uma situação efectivamente violenta, deve procurar estratégias para se manter seguro e ligar para o 112, o número de emergência nacional ao qual todas as pessoas podem recorrer. A denúncia e o pedido de ajuda são bandeiras muito fortes”, diz Rosa Savedra. Contactado pela Com'Out, o tenente-coronel Costa Lima, da Guarda Nacional

Republicana, garantiu não existir nenhuma “situação de queixa formal de violência doméstica entre casais do mesmo sexo apresentada à GNR”. Apesar disso, a cabo Sónia Neves revela que já começam a existir acções de formação sobre esta temática onde os agentes aprendem a lidar com casos muitas das vezes complicados. Em alternativa à esquadra, as instituições de solidariedade – como a APAV – dispõem de técnicos

preparados para acolher este tipo de denúncias, bem como prestar informações sobre os procedimentos a adoptar em situações de risco ou de crime. “Quando a pessoa contacta a APAV recebe todo o tipo de informações relativamente aos procedimentos a adoptar se assim o desejar, quais as vantagens e desvantagens de apresentar queixa em determinada situação, os prazos para o fazer e quais os recursos da comunidade que poderão utilizar para

O medo, a vergonha, a esperança na mudança ou a desvalorização da pequena violência são alguns dos factores que levam as vítimas a não apresentarem queixa



minimizar o dano da situação de violência que estão a viver ou a vivenciar”, informa Rosa Savedra.

COMING OUT À FORÇA

Apesar da gravidade da agressão, Carlos não teve coragem para colocar um ponto final na relação e suportou as agressões de Ricardo durante mais um ano. No entanto, nada voltou a ser como antes. Até que um dia saiu de casa. Após várias tentativas para recuperar os objectos pessoais, encheu-se de coragem e voltou a casa com alguns amigos como garantia de defesa perante outro possível ataque. Ricardo devolveu-lhe tudo pela janela – roupa e computador incluído – e dois dias depois visitou Carlos no emprego, onde fez questão de revelar alto e bom som a todos a relação que mantinham há cinco anos. Para Carla Machado, esta ameaça de coming out forçado é uma forma específica de violência que acontece nestas relações. “No nosso estudo de 2005 esse comportamento era relatado por cerca de cinco por cento dos sujeitos em relação às relações actuais e por 25 por cento quando questionadas sobre relações passadas”. O medo, a vergonha, a esperança na mudança, a desvalorização da pequena

violência, a atribuição da mesma ao amor, ao ciúme e ao descontrolo são factores que, na opinião da investigadora, fazem com que as vítimas não apresentem queixa, sejam hetero ou homossexuais. “A homofobia social, o medo de revelar perante os outros a orientação sexual, o receio de serem mal recebidos ou mal tratados pelas instituições, a perda de um vínculo social importante, o facto de não haver instituições vocacionadas para as necessidades específicas destas vítimas, tudo isso pode dificultar a revelação”. Daí o título do estudo - dupla invisibilidade – porque “a violência na intimidade tende a ser ocultada e por vezes também acontece o mesmo com a homossexualidade. Porque o preconceito social aumenta a dificuldade em revelar a violência e dificulta o acesso à ajuda necessária”.

O que fazer se for vítima de violência doméstica

- Pedir socorro e/ou procurar refúgio e auxílio de vizinhos ou outras pessoas (poderão servir de testemunhas)
- Contactar o 112
- Procurar ser tratado(a) e observado(a) num hospital, posto médico, centro de saúde ou junto do médico particular, ainda que não tenha sinais visíveis de agressão
- Se possível solicite a um familiar ou pessoa amiga que o(a) acompanhe

Durante um acto violento:

- Ensine os seus filhos a utilizar o telefone para chamar a polícia
- Referencie áreas de segurança na casa, onde haja sempre saída e acesso a um telefone. Quando houver uma discussão evite a cozinha ou a garagem devido ao facto de serem locais onde se podem encontrar facas ou outros objectos susceptíveis de ser usados como armas
- Evite casas de banho ou pequenos espaços onde o(a) agressor o(a) possa aprisionar
- Elabore uma lista de pessoas em quem confia para contactar em caso de emergência
- Tenha sempre algum dinheiro consigo
- Fixe todos os números de telefone importantes (polícia, hospital, amigo(a))
- Saiba onde se encontra o telefone público mais próximo e se possuir telemóvel mantenha-o sempre consigo
- Prepare um saco com roupas e deixe-o em casa de amigos ou no trabalho, para o caso de precisar fugir de casa
- Não use lenços ou colares compridos que possam facilitar a agressão
- Saiba para onde ir se tiver de fugir

Fonte: www.apav.pt (707 20 00 77)

05.12.2008

Autoridade internacional no tratamento de vítimas participará do Seminário sobre atenção às Vítimas

Na tríade punitiva Estado-Infrator-Vítima, o vértice da Vítima de crime era, e é, o mais frágil*. Com o intuito de promover um debate em torno do atendimento e serviços prestados no apoio às vítimas, será realizado seminário, na terça-feira (09/12), com a presença do vice-presidente e diretor executivo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), João Lázaro.

O representante da APAV contextualizará a posição das vítimas nos processos judiciais em Portugal, fazendo uma breve exposição sobre as origens da Associação e seu papel de defesa na atenção da esfera pública às necessidades das vítimas de violências. Além disso, esclarecerá a relação da APAV com o Sistema de Justiça e com as Políticas Públicas, os programas e serviços que apoia/desenvolve, destacando sua função educativa na comunidade e o protagonismo das vítimas como movimento social na ampliação das formas de realização da Justiça. Também será tema de exposição a relação das iniciativas da APAV com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa em Portugal.

No seminário estarão presentes proeminentes debatedores que, a partir de suas diferentes inserções profissionais e institucionais, iluminarão a análise do tema do Seminário do ponto de vista da realidade brasileira e dos desafios para afirmação de direitos humanos das vítimas a partir dos atuais marcos legais e do papel das instituições do Sistema de Justiça e das Políticas Públicas.

Também o Projeto Justiça para o Século 21, através da equipe da 3ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre apresentará projeto para a realização de acolhimento diferenciado, que utilizará as práticas da Justiça Restaurativa no atendimento às vítimas de violência envolvendo crianças e adolescentes. Será feita exposição do estudo realizado no ano de 2007 pelo Observatório de Vitimização e Direitos Humanos realizado pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos da Faculdade de Serviço Social da PUCRS sobre as necessidades das vítimas que chegam ao Sistema de Justiça da Infância e Juventude.

O evento para um público de 70 pessoas – entre magistrados, promotores, defensores públicos, servidores do Sistema de Justiça, trabalhadores sociais, representantes dos gestores das políticas públicas municipais e estaduais no campo da assistência social, direitos humanos, segurança, educação – será realizado das 15h às 18h, no Miniauditório da Escola Superior da Magistratura da AJURIS (Celeste Gobbato, 229).

» Distrito algarvio é o 3º mais referenciado

Violência doméstica um drama encapotado

A violência doméstica existe desde os primórdios da humanidade e quando se esperava que no século XXI fenómenos como este se dissipassem tal não sucede. Na realidade o distrito de Faro apresenta-se como o 3º mais referenciado nos crimes de violência doméstica. O fenómeno persiste, muitas vezes encapotado, prestando a Associação de Apoio à Vítima [APAV] uma assistência fulcral neste tipo de situação.

Joana Germano

A violência doméstica é imediatamente associada à mulher, e corresponde à verdade, mas não só. A vítima pode ser também o homem, os idosos e as crianças. Quaisquer agressões físicas ou psíquicas [ver gráfico] são consideradas «crimes domésticos», pois acontecem no seio familiar, em casa, longe da vista dos amigos e vizinhos. O receio de vingança por parte dos agressores e a vergonha levam a que estes crimes sejam camuflados pelas vítimas.

Embora dissimulada a violência doméstica existe e o Algarve não é excepção. Segundo estatísticas da APAV, em 2008 os distritos de Lisboa, Porto e Faro foram os mais referenciados com vítimas deste crime; com 34,6 por cento, 11 por cento e 10,2 por cento, respectivamente.

As marcas psicológicas e sociais

No 1º semestre de 2008 contabilizaram-se 64 por cento de crimes de maus-tratos físicos e psíquicos [ver gráfico]. Estes dois tipos de agressões não ocorrem isoladamente. “Quando existem sinais visíveis de agressão física

são sempre acompanhados de maus-tratos psíquicos”, explicou Rita Bessa, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Tavira [GAVT]. Na verdade quanto mais violento for o crime maior serão as consequências na vítima, manifestando-se não só a nível físico, como psicológico e social. “É de reforçar que apesar de não existirem sinais visíveis de agressão, a pessoa é continuamente vítima de crime. A marca física desaparece, porém as sequelas psicológicas e sociais persistem”, salientou a responsável. É neste âmbito que actua a APAV; de forma gratuita e confidencial, no apoio a vítimas de infracções penais, através da informação, do atendimento, mas também através de diversos apoios de ordem social, psicológica, jurídica e até económica.

Uma luz ao fundo do túnel...

Uma nova proposta de lei dará entrada ainda em Janeiro na Assembleia da República. Entre outras medidas, prevê a detenção do agressor sem ser em flagrante delito e a utilização da pulseira electrónica para o afastar da vítima. Os processos de violência doméstica passam a ter carácter

de urgência e a apresentação do detido ao juiz pode ocorrer no prazo de 48 horas após o delito.

Mas a dúvida persiste, será esta uma luz ao fundo do túnel? Segundo Rita Bessa existem discrepâncias. “Apesar de se querer proteger a vítima, as assistências médica e emocional acabam por estar circunscritas às fases do processo penal”, acrescentando ainda que “o apoio à vítima não pode esperar pelos prazos do processo-crime”. Em relação ao flagrante delito a técnica diz que esta solução não é clara. “Há necessidade de medidas de actuação rápidas e em conformidade com as vítimas, pois na maioria das situações as

medidas de coacção só podem actuar quando o atacante é constituído arguido”, preveniu a responsável.

Um travão nos crimes domésticos

Rita Bessa defende que para se travar este fenómeno deve-se continuar a investir na consciencialização e informação da comunidade. Mas não só. “É essencial continuar a formar técnicos das diversas áreas sociais que convivem com este flagelo [médicos, psicólogos e outros]. Nunca é demais alertar acerca deste crime e informar as vítimas que não estão

sozinhas nesta batalha, têm direitos e existem instituições próprias para as apoiar, como é o caso da APAV”, acautelou.

Os centros de acolhimento para vítimas podem ser uma outra solução. “São mais que um abrigo, funcionam como uma resposta social quando as vítimas precisam de refúgio e no recomeço de um projecto de vida”, explicou.

A responsável deixou um alerta. “Longe vai o tempo em que entre marido e mulher ninguém mete a colher. Ainda que de forma anónima é dever do cidadão denunciar estes crimes”, concluiu.

Para mais informações consulte **www.apav.pt**.





Voluntariado: Trabalho gratuito vale quase 700 milhões de euros em Portugal (8)

Mais de 1,5 milhões de portugueses dedicam parte do seu tempo aos outros sem receber nada em troca, mas, se fosse remunerado, o trabalho dos voluntários activos valeria 675 milhões de euros por ano, revela um estudo da Universidade Católica. As organizações sem fins lucrativos "envolvem a energia de quase um quarto de milhão de trabalhadores equivalentes a tempo inteiro", revela o estudo coordenado pela investigadora Raquel Campos Franco, da Universidade Católica de Lisboa (UCP). Nas associações alguns têm horários "normais", outros trabalham apenas alguns dias por semana e há quem dedique apenas algumas horas ao projecto. Neste sector, dois em cada três trabalhadores são remunerados e o "terceiro" é um voluntário, segundo o relatório da UCP. Segundo o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, existem mais de 1,5 milhões de voluntários, mas muitos não estão no activo e outros só podem despende de algumas horas por semana. Por isso, o trabalho de todos eles juntos equivale a apenas "67.342 voluntários a trabalhar a tempo inteiro", disse a coordenadora do estudo. A investigadora da UCP fez as contas e concluiu que, se recebessem um salário, "relativamente baixo, porque estamos a falar do sector social", o trabalho dos voluntários custaria 675 milhões de euros por ano.



Debate. Proposta de lei entrará este mês na AR

Violência doméstica mata 45 mulheres em 2008

Os agressores vão passar a ser apresentados ao juiz em 48 horas

CÉU NEVES

A proposta de lei sobre violência doméstica deverá ser entregue ainda este mês à Assembleia da República. É esta a promessa de Jorge Lacão, que ontem deu por encerrada a sua consulta pública. O secretário de Estado responsável pelas políticas de igualdade de género admite fazer alterações, nomeadamente na definição do estatuto de vítima. É que em 2008 aumentaram substancialmente as queixas de violência doméstica. E, pelo menos, 45 mulheres foram mortas pelos companheiros ou "ex".

A consulta do documento encerrou oficialmente ontem, com uma sessão pública em Lisboa. Entre outras medidas, prevê a detenção do agressor sem ser em flagrante delito e a utilização da pulseira electrónica para o afastar da vítima, isto se o indivíduo concordar, prerrogativa criticada por alguns técnicos.

Os processos de violência doméstica passam a ter carácter de urgên-

cia e a apresentação do detido ao juiz pode ocorrer no prazo de 48 horas após o delito.

Jorge Lacão recebeu dezenas de propostas de alterações e diz estar convencido da pertinência de algumas delas. E regista que o texto final será aprovado em Conselho de Ministros e, posteriormente, debatido na Assembleia da República.

A proposta de lei de Prevenção de Violência Doméstica, Protecção e

UMAR critica tentativa de reconciliação

Assistência configura, pela primeira vez, o estatuto de vítima no âmbito do crime de violência doméstica, mas apenas a partir do momento em que o agressor é constituído arguido, facto criticado pelos responsáveis das instituições públicas e das ONG's. O secretário de Estado concorda em que a vítima passe a ser considerada a partir da apresentação da queixa. Mas, também, serão feitas modificações no sentido de tornar a lei mais

abrangente, por exemplo, no que diz respeito aos casais homossexuais.

E, em relação às casas de abrigo exclusivas para mulheres, Jorge Lacão diz aceitar alargar o seu âmbito, inclusive para acolher as vítimas de tráfico humano. "Esta lei dá um passo social e jurídico importantes àquilo que importa reagir e que reside numa atitude sem tréguas relativamente" aos agressores, disse no final da sessão.

Passos importantes, também considera Maria José Magalhães, vice-presidente da União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), mas que precisam de ser melhorados. "O encontro restauro [entre a vítima e o agressor e depois deste cumprir pena com vista à restauração da relação] não faz sentido. E era preciso que a lei contemplasse a especificidade de quem é vítima de violência doméstica", defende Maria José.

Outra área que UMAR gostaria de ver clarificada diz respeito aos descendentes e ascendentes das mulheres assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros. E, segundo as contas do DN, morreram pelo menos 45 e outras 68 sofreram tentativas de homicídio em 2008. ■



Agressor passa a poder ser detido sem ser em flagrante delito

31,8% mais queixas em 2008

do que em 2007, recebidas entre Janeiro e Outubro, num total de 23 462.

900 vítimas acolhidas

todos os anos nas 35 casas de abrigo em Portugal e destinadas às mulheres e filhos

notícias**KriLoF Trio apresenta-se na APAV**

08 de Janeiro de 2009, 14:52

Depois dos concertos de Alexandre Bateiras, Rita Braga, Woods e Rodrigo Amado Trio, o Espaço APAV & Cultura vai agora receber o KriLoF Trio. Este grupo é constituído por **Johannes Krieger** (trompete), **Gonçalo Lopes** (clarinete baixo) e **Ricardo Freitas** (guitarra baixo acústica) - músicos que passaram pelos grupos Tora Tora Big Band, Wishful Thinking, iNTeRLúNio, Al-jigg, 3-Bass-Hit e Variable Geometry Orchestra, entre outros projectos. A música do trio vive de uma improvisação de cariz jazzístico e esta será a primeira aparição pública desta nova formação. O concerto tem lugar no dia 29 de Janeiro (19h00), na Sede da APAV - Rua José Estêvão 135-A (ao Jardim Constantino), em Lisboa. A entrada é gratuita.

arquivo

- The Bug traz o zoo a Portugal
04/02/2009
- Aquaparque lançam álbum de estreia
31/01/2009
- Lily Allen edita novo disco
30/01/2009
- Feromona anunciam concertos por cá
29/01/2009
- O catálogo da Raster-Noton apresenta-se em peso no OFFF Oeiras '09 em Maio
27/01/2009
- António Pinho Vargas na Baixa da Banheira
23/01/2009
- JP Simões apresenta *Boato* em Beja
21/01/2009
- Yo La Tengo são extra em antologia de curtas de Jean Painlevé
21/01/2009
- ZDB com fim-de-semana cheio
19/01/2009
- Rodrigo Leão com novo disco e tour
16/01/2009
- Rita Redshoes actua na Holanda
14/01/2009
- Bunnyranch apresentam *Teach us Lord how to wait* ao vivo
12/01/2009
- KriLoF Trio apresenta-se na APAV
08/01/2009
- Novo festival faz o rescaldo do 2008 luso no teatro A Barraca
08/01/2009
- Legendary Tiger Man lança *Femina* em 2009
07/01/2009

IMPROVISOS AO SUL

"Do not fear mistakes. There are none." (Miles Davis)

« iNTeRLúNio HOJE EM PORTIMÃO | [Entrada](#) | [AQUI JAZZ + UM TOQUE DE JAZZ](#) »

janeiro 09, 2009

KriLoF TRIO NA APAV



Integrado no Ciclo de Concertos que tem vindo a promover, o **Espaço APAV & Cultura**, na Sede da [APAV](#) (rua José Estêvão 135-A, ao Jardim Constantino, em Lisboa) recebe no próximo dia **29 de Janeiro**, a partir das **19h00**, o **KriLoF Trio** - **Johannes Krieger** (trompete), **Gonçalo Lopes** (clarinete baixo) e **Ricardo Freitas** (guitarra baixo acústica). Os três músicos passaram pelos grupos Tora Tora Big Band, iNTeRLúNio e Wishful Thinking mas vão actuar pela primeira vez como trio. A sua música descende de uma clara linhagem jazzística, mas vive sobretudo da improvisação.

Este concerto surge no âmbito do projecto de dinamização do Espaço APAV & Cultura, um espaço que já acolheu concertos de Alexandre Bateiras, Rita Braga, Woods, Rodrigo Amado Trio e concerto de Natal, numa lógica de aproximação da APAV à comunidade.

A entrada é **gratuita**.

Publicado por António Branco às janeiro 9, 2009 10:36 AM

VIANA DO CASTELO

Violência doméstica leva duas mulheres e três crianças ao hospital

► Duas mulheres e três menores, entre os quais um bebé de 18 meses, receberam ontem tratamento hospitalar na sequência de um caso de violência doméstica, ocorrido ao princípio da manhã, em Chafé, Viana do Castelo.

Segundo as autoridades, as agressões terão sido da responsabilidade de um homem, de 38 anos, marido de uma das mulheres e pai de duas das crianças, que não havia sido localizado pela GNR até à hora de fecho desta edição. O indivíduo, que se encontra separado da mulher há cerca de um ano, incorre na prática de crime de violência doméstica.

Segundo a mulher do agressor, de 38 anos, contou ao JN, tudo se passou pouco depois das 7 horas, altura em que tanto ela como a irmã, de 39, e os filhos foram surpreendidos em casa pelo indivíduo. "Ele exigiu à minha irmã as

fotos do baptizado do menino e, como a minha irmã não lhe respondeu como queria, partiu para a agressão. Aos murros e pontapés. Como se isso não bastasse, pegou numa bengala e por pouco não acertou a minha irmã em cheio", contou, mal refeita do susto, a mulher do agressor.

Precisou, ainda, que o homem só saiu de casa depois de a irmã ter ido à rua gritar por ajuda. "Não se poupou, mesmo, a um chapão ao próprio filho (de 10 anos), que lhe marcou a cara". A propósito, a irmã acrescentou: "Por pouco não terá sucedido o pior. Se me acertasse em cheio, matava-me. É calvário que já dura há muito".

Após cinco horas no serviço de urgência do hospital, as duas irmãs formalizaram a respectiva queixana Polícia, devendo, agora, o agregado ser acolhido por familiares. **LUÍS HENRIQUE OLIVEIRA**



Há cada vez mais idosos vítimas de maus-tratos

Vieira do Minho Criado centro onde psicólogos prestam apoio aos anciãos mais vulneráveis

PEDRO ANTUNES PEREIRA
braga@jn.pt

Em Vieira do Minho, estão a ser dados os primeiros passos para trazer a questão dos maus tratos a idosos para a praça pública com a criação, há poucas semanas, do centro de atendimento a idosos vítimas de maus-tratos.

Coimbra e Ovar vão, também, ter estruturas deste tipo, apoiadas por uma equipa de psicólogos. Segundo o responsável pelo centro de Vieira do Minho, Tito Peixoto, três idosos estão já a receber apoio. "É um primeiro passo para começarmos a conhecer e a perceber quem são estas vítimas e quem são os agressores".

Este é um fenómeno "assustador que infelizmente, vai sendo tolerado pelas pessoas e agentes no terreno". O psicólogo dá vários exemplos de "maus tratos gerais" feitos aos mais velhos: "eu tenho duas pastas completas com pedidos de pessoas para virem para a Misericórdia e não há respostas sociais, não há lares. Há um abandono total por parte dos políticos".

Reforma roubada

A primeira utente do centro de atendimento foi sinalizada por uma vizinha. Tem 90 anos, mora numa freguesia próxima do centro de Vieira do Minho. Não sabe ler nem escrever. "Toma conta dos, alegadamente, netos toxicod dependentes. Roubam-lhe a reforma e batem-lhe. A senhora tem medo de ir para casa". Gente desprotegida que precisa de alguém que o ajude "até porque estão emocionalmente debilitados".

As questões de dinheiro, de partilhas e de heranças, os problemas demenciais e físicos são os motivos principais para os maus tratos. "Há um senhor que vai ao notário para tratar dos seus bens. Não sabe ler nem escrever e confia no notário que não se portou bem. Foi a sua sentença de morte porque é todos os dias ameaçado pelos familiares". Por isso, para Tito Peixoto "é importante que a metodologia adoptada dê respos-



Idosa encontrou no centro recentemente criado o apoio para ultrapassar a situação de maus tratos físicos e psicológicos de que era alvo

Portugal é o único país onde não existe a especialidade de Geriatria

Os centros de atendimento a idosos vítimas de maus tratos são uma iniciativa de um grupo de psicólogos, o Grupo de Estudos e Avaliação das Pessoas Idosas Vítimas de Maus Tratos (GEAVI), que visa responder ao número cada vez maior de idosos vítimas de maus tratos e negligência. A inexistência de estudos sobre a matéria em Portugal levou um conjunto de investigadores a querer conhecer este fenómeno. "Não há literatura sobre isto. Somos o único país da Europa com analfabetos e os únicos onde não existe a especialidade de Geriatria", reconhece Tito Peixoto.

Estes centros querem, por isso, ter uma forte componente ligada à investigação para que daqui a um ano, num congresso a organizar, possam ser apresentados os primeiros números desta realidade no nosso país. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) refere que, nos últimos anos, tem havido um aumento substancial do número de denúncias por parte das pessoas idosas vítimas de crime, sendo os maus tratos psíquicos uma das queixas mais frequentes. Só no primeiro semestre de 2008 recorreram à APAV 308 pessoas idosas vítimas de violência.

tas a quem procuro o centro, prestando apoio psicológico para que as pessoas se sintam bem e mantendo o anonimato".

Um dos papéis fundamentais vai ser atribuído às equipas de apoio domiciliário: "poderão ser a primeira linha na detecção e si-

todos nós e não para as vítimas".

A não existência de um plano nacional (ver caixa) ajuda "à impunidade que se vive em Portugal onde vemos das mais variadas formas e feitios, maus-tratos generalizados a idosos".

Para todo o país

Num concelho com 15 mil habitantes e onde cerca de 10 mil têm mais de sessenta anos, a Santa Casa de Misericórdia de Vieira do Minho optou por divulgar o centro de atendimento através das paróquias e das comissões inter-freguesias.

No entanto, este é um espaço aberto a idosos de todo o país que podem usar o telefone para conversar com os psicólogos: "já estamos a acompanhar um senhor do Algarve", revela Tito Peixoto. ■

"É um primeiro passo para conhecer e perceber quem são estas vítimas e quem são os agressores"

nalização de casos". Para o psicólogo, os idosos, ainda encaram os maus tratos com "vergonha" e é preciso, por isso, "despertar as vítimas porque esta realidade deveria ser uma vergonha social para



Violência doméstica. Idália Moniz reconhece que denúncias estão longe do número real

132 mil queixas em oito anos são apenas “30% da realidade”

Há cada vez mais vítimas homens e situações que envolvem jovens casais

CÉU NEVES

Nos últimos oito anos, 132 mil pessoas foram vítimas de violência doméstica em Portugal. Um balanço apresentado ontem pela secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, que reconheceu que os números apenas indicam “30 % da realidade”. Uma realidade que se alterou desde 2000. Há mais vítimas do sexo masculino, casos entre jovens ou filhos que maltratam os pais, disse ao DN João Lázaro, da Associação de Apoio à Vítima (APAV). A boa notícia é que há uma maior intolerância.

Idália Moniz divulgou os dados na Guarda, onde assinou o protocolo para a criação de um Núcleo de Atendimento às vítimas de Violência Doméstica, na presença do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão.

“Este é um número que, para além de mera estatística, nos deve levar a fazer uma reflexão, porque representa 52 vítimas por dia e duas por hora”, disse Idália Moniz à Lusa. E sublinhou: “Não podemos tolerar nem coabitar com esta realidade, temos que denunciá-la e encontrar respostas responsáveis, rápidas e eficazes para estas vítimas de violência”.

A maior sensibilização e intolerância tanto por parte dos governantes como da população é uma das evoluções positivas que João Lázaro regista nos últimos oito anos. E a consequência é que existem mais medidas de combate e prevenção a este fenómeno e mais pessoas a denuncia-



Aumento de casos entre jovens motivou campanha contra a violência no namoro

Alteração à lei está há três meses à espera

O deputado social-democrata Mendes Bota pede maior rapidez na aprovação das alterações ao Código do Processo Penal (CPP), que visam uma maior protecção das vítimas de violência doméstica. Mendes Bota escreveu ao presidente da comissão de Assuntos Constitucionais, Osvaldo de Castro, pedindo urgência para duas propostas que,

uma vez aprovadas, permitirão a detenção dos agressores fora de flagrante delito. Em causa estão dois projectos de lei aprovados na Assembleia da República a 3 de Outubro de 2008, que **três meses depois estão ainda à espera de aprovação final.** Para Mendes Bota, a “falta da aprovação de medidas que reforcem o poder e a autoridade do

Estado perante os autores de condutas criminalmente condenáveis e socialmente repugnantes” resulta “diariamente num défice de protecção e de segurança dos cidadãos”. Refira-se que Jorge Lacão, o secretário de Estado responsável por esta área, disse esperar entregar este mês no Parlamento a proposta de lei sobre violência doméstica. — S.F.

rem as situações de maus tratos no âmbito da família. O que acontece, também, porque a mulher vítima deixou de ser estigmatizada. Mas isso apenas em relação à vítima do sexo feminino. Em relação aos sexo masculino há sempre sorrisos perante o relato de casos, embora o número de homens vítimas de violência tenha vindo a aumentar, mas com oscilações. E há também mais situações que envolvem casais jovens, filhos que maltratam os pais e vítimas com mais de 65 anos.

Em Portugal, existem 29 casas de abrigo que, no ano de 2007, acolheram 1 458 vítimas (mulheres e crianças), que são apoiadas com 3,5 milhões de euros pelo Governo. ■

AMADORA

Mulher foge de casa com seis crianças

■ Maria da Conceição, 30 anos, saiu de casa segunda-feira, na Amadora, porque, segundo afirma ao **CM**, se fartou das “constantes agressões físicas” que sofria do seu companheiro de há oito anos, António Teixeira. A vítima, após ter feito queixa à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), encontra-se a viver numa casa da associação, juntamente com os filhos.

António Teixeira, 42 anos, pai de três das seis crianças, admite estar “desesperado”. “Ela já marcou encontros para eu ver os meninos, mas acaba por desmarcar em cima da hora. Já não sei o que fazer”, disse, reconhecendo que “uma vez dei-lhe uma chapada”. Maria da Conceição, porém, garante que foi agredida “com um taco de basebol há cerca de um mês”.

De forma a conseguir ver os filhos, António Teixeira apresentou queixa no Tribunal Judicial da Amadora e na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, que apenas lhe disseram “para aguardar”.

O **CM** contactou a APAV, que não revela o paradeiro da mulher desaparecida “por uma questão de segurança”. ■ J.F.



SÉRGIO LEMOS

António confirma agressão



“Somos todos cúmplices de maus-tratos a idosos”

Grupo apela à criação de rede de parceiros sociais que identifiquem e intervenham em casos de abuso

Andrea Trindade

■ Certamente que muitos já nos questionámos sobre o que será, um dia, a nossa velhice. O que sentiria se ignorassem a sua vontade? Se tivesse de pedir o seu próprio dinheiro a alguém? Se, toda a vida tratado por Dr. João, o passassem a tratar por Joaozinho? Se tivesse de pedir ajudar para tomar banho ou fazer as necessidades? Se, com sede, dependesse de alguém que lhe trouxesse um copo de água? Se lhe batessem por não o conseguirem ouvir bem? Se, ao vê-lo caminhar com dificuldade na rua, lhe dissessem “quanto mais velho mais preguiçoso”? Foi lançando estas inquietantes perguntas que o Grupo de Estudos e Avaliação das Pessoas Idosas Vítimas de Maus-Tratos

“SOMOS TODOS RESPONSÁVEIS E CÚMPlices. TEM DE HAVER ACÇÃO CONCERTADA”

(GEAVI) em Coimbra deu início à acção de debate e reflexão sobre os maus-tratos e a negligência contra idosos realizada ontem, na Unidade de Saúde da Fernão Mendes Pinto.

O grupo, que na região é coor-



A DISCUSSÃO DOS ABUSOS contra idosos reuniu técnicos na Unidade de Saúde de Coimbra

denado por Margarida Pedrosa Lima, docente da Faculdade de Psicologia, convidou técnicos e profissionais que diariamente lidam com idosos para deixar alertas e apelar à criação de uma rede de parceiros.

Não existe ainda uma definição consensual do que são os maus-tratos a idosos, tal é a complexidade e a diversidade de situações verificadas. Não obstante, internacionalmente reconhecem-se vários tipos de abuso: físico, sexual, psicológico (a humilhação, a infantilização, a omissão e outras formas de infligir angústias), material e financeiro

(uso de bens e fundos do idoso sem o seu consentimento), abandono (idoso largado à sua sorte, em casa ou numa instituição) e negligência (omissão ou ineficácia na prestação de cuidados básicos, por exemplo), lembrou Emília Vergueiro, do GEAVI.

A Organização Mundial de Saúde estimou que quatro a seis por cento dos idosos que vivem em casa são vítimas de abuso. As situações que vêm a público são, todavia, a ponta do icebergue. Só agora as mudanças culturais levam a que se entenda o abuso como tal e se façam denúncias.

Filhos são quem mais maltrata

De acordo com estudos internacionais – Portugal tem pouca investigação realizada, facto que o GEAVI pretende, daqui para a frente, colmatar –, a forma de abuso mais frequente é a negligência, acontecendo em 48 por cento dos casos. Segue-se o abuso emocional ou psicológico, o abuso financeiro e o abuso físico. Os abusadores são, em primeiro lugar, os filhos, depois os cônjuges e os netos.

No nosso país, um estudo preliminar realizado na cidade de Braga, 73 por cento dos participantes idosos da amostra apresentavam pelo menos um indicador de abuso. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) refere um aumento substancial de denúncias por parte

Consultas de psicologia e orientação gratuitas

■ O GEAVI nasceu em Novembro do ano passado, com o objectivo de investigar esta temática e as unidades de consultas gratuitas a idosos que se julguem vítimas de abuso – em Vieira do Minho, Braga, Ovar e Coimbra – são uma forma de abordagem. A “Consulta Memórias”, na Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, e a consulta da Unidade de Saúde da Fernão Mendes Pinto estão abertas a todos os interessados, fornecendo apoio psicológico e eventual encaminhamento para instituições e estruturas de apoio médico e social, de acordo com a vontade do idoso.

sendo que 413 tinham a ver com maus-tratos. A denúncia foi, na maior parte das vezes, realizada por vizinhos; as vítimas tinham entre 71 e 90 anos e os agressores eram familiares ou prestadores de cuidados.

Esconder por medo

Por estarem, muitas vezes, dependentes daqueles que são os seus abusadores, por vergonha, medo ou culpa, as denúncias só surgem quando a situação é insustentavelmente grave, reparou Emília Vergueiro, considerando importante criar uma «rede de parceiros sociais que rapidamente se mobilizem e respondam em tempo útil».

Margarida Pedrosa Lima sublinhou o muito que esta situação se prende com a cultura e a educação e lembrou que muitos actos acontecem sem que ninguém os veja como maus-tratos. «Somos todos cúmplices e responsáveis. Tem de haver uma acção concertada e, da nossa parte, um contributo para a investigação e conhecimento que permita transformar a sociedade», disse.

A educação para o respeito pelos idosos é, no entender dos participantes no debate, uma forma de alterar as coisas a longo prazo, enquanto a formação de técnicos e a criação de uma estrutura idêntica à comissão de protecção de menores, desta feita para seniores, foram apontadas como medidas de curto prazo.

Atenção aos sinais físicos e psicológicos

■ Porque? Há uma conjugação de factores para que o abuso aconteça. Questões relacionadas com ganhos financeiros, problemas de saúde mental do abusador, relações conflituosas são apenas alguns. Ontem, todavia, e perante uma plateia constituída por técnicos, Emília Vergueiro chamou atenção para os sinais dos maus-tratos. O cuidador que falta à consulta

do idoso, que não o visita no hospital, que apresenta explicações vagas para problemas que o idoso apresenta, que é hostil com a pessoa ou que causa medo ou ansiedade ao idoso deve sempre levar os técnicos a, pelo menos, tentar conhecer a situação. Sinais físicos de múltiplas escoriações ou em diferentes fases de recuperação, escoriações na face ou em locais pouco usuais, equimoses e úlceras de pressão, desidratação, subnutrição ou submedicação podem ser reveladores de negligência e maus-tratos, pelo que os profissionais devem estar atentos e investigar.





A futura
lei prevê, pela
primeira vez,
o estatuto
de vítima

medo de represálias. “É essencialmente esse o factor que condiciona mais a libertação da vítima na maior parte dos casos, porque só existem duas alternativas: ou permanecer na relação violenta ou romper com a relação. Mas antes de se tomar a decisão da separação, tem de se ponderar muito bem a estratégia de ruptura”, conclui Helena Sampaio.

O que muda na lei

Mas nem tudo são más notícias. Existe uma nova proposta de lei sobre violência doméstica, que deverá ser entregue ainda este mês na Assembleia da República. Entre outras medidas, a futura lei prevê,

pela primeira vez, o estatuto de vítima, mas apenas a partir do momento em que o agressor é constituído arguido, algo que já provocou o descontentamento dos responsáveis das instituições públicas e ONG's. Para além disso, inclui a detenção do agressor em flagrante delito e a utilização da pulseira electrónica para o afastar da vítima. Contudo, esta medida só acontece se o indivíduo concordar, algo que também já provocou algumas críticas. Para além desta prerrogativa, o decreto-lei propõe ainda que os processos deste tipo de crimes passem a ter carácter de urgência e que a apresentação do agressor ao juiz ocorra em apenas 48 horas após o delito.

ONDE PROCURAR AJUDA

- Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica, tel.: 800 202 148
- Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica (EMCVD), tel.: 213 121 304
- Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), tel.: 213 802 160
- Associação de Apoio à Vítima (APAV), tel.: 707 200 077
- Linha SOS Mulher, tel.: 808 200 175

20-01-2009

Tiragem: 175000

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 6

Cores: Cor

Área: 7,30 x 2,84 cm²

Corte: 1 de 1



CAMPANHA A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta, com o apoio da Associação ILGA Portugal, uma campanha de sensibilização contra a violência entre casais homossexuais nas suas relações de intimidade.



Mais maus tratos em famílias reconstruídas

Agressores. São homens, independentemente de serem os pais ou os padrastos

As crianças que vivem em famílias reconstruídas têm mais probabilidades de sofrerem maus tratos, conclui um estudo antropológico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Os agressores são sobretudo homens, independentemente de serem pais ou padrastos, enquanto as vítimas são raparigas e têm entre os dez e 16 anos. Que se queixam sobretudo de violência sexual.

"O risco de maus tratos é maior quando um dos pais não é o pai ou a mãe biológica da criança", salienta o coordenador do estudo, o biólogo Paulo Gama Mota. Uma conclusão que confirma uma das hipóteses do estudo, a que defende que "os mecanismos de inibição da agressividade são mais té-



As vítimas são sobretudo raparigas entre os dez e os 16 anos

nues no caso de não haver uma ligação biológica". Tese que o autor admite ser polémica, tanto mais que o grupo estudado tem características muito particulares: representa cem crianças e jovens até aos 16 anos, residentes na região centro, e que foram acompanha-

das no Instituto de Medicina Legal de Coimbra. Ou seja, casos denunciados às autoridades. Além disso não foi possível analisar a variável origem social. "Não tivemos dados disponíveis e a amostra é pequena", reconhece o biólogo, mas, acrescenta: "Esta conclusão

confirma a de outros estudos de âmbito internacional e com amostras maiores, como do Canadá, que dizem não haver relação directa com a origem social".

Também Manuel Coutinho, dirigente do Instituto de Apoio à Criança, salienta que os maus tratos existem em todas as classes sociais. E dá uma justificação para a maior proporção de processos nas famílias reconstruídas. "Há sempre um pai ou uma mãe que fica fora dessa relação familiar e há uma maior probabilidade de apresentarem queixa. Nas famílias nucleares os conflitos intrafamiliares não saem tanto para fora", justifica.

A nível da violência física, não há diferenças entre sexos nem entre idades. Já a violência sexual é mais dirigida às raparigas (67% da amostra) e entre os dez e os 16 anos, 62%. Os agressores são homens. ■ - CEU NEVES



Violência. A Associação de Apoio à Vítima (APAV), em parceria com a Ilga Portugal, apresentou ontem a campanha de sensibilização contra a violência doméstica entre casais homossexuais. João Lázaro da APAV explica que o objectivo é que as vítimas de violência em casais com pessoas do mesmo sexo reconheçam que sofrem de violência doméstica e denunciem o caso.



Cartaxo é concelho problemático em termos de violência doméstica

O Cartaxo é um dos concelhos mais problemáticos "em termos de violência doméstica" na região de Santarém, apenas ultrapassado pela capital de distrito, segundo foi revelado durante uma sessão de sensibilização promovida pela PSP local. Sem revelar números concretos referentes a 2008, Carmen Videira, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), disse que o Cartaxo foi responsável por cerca de 40 por cento dos casos de violência doméstica denunciados no distrito de Santarém.

Segundo esta técnica da APAV, que falava na acção "Quando a Família Maltrata - Violência Doméstica e Negligência", os casos referenciados abrangem tanto a violência conjugal, como sobre idosos. O objectivo da acção de sensibilização, realizada no dia 19, foi dirigida à camada mais idosa da população do Cartaxo, com a comissária Sofia

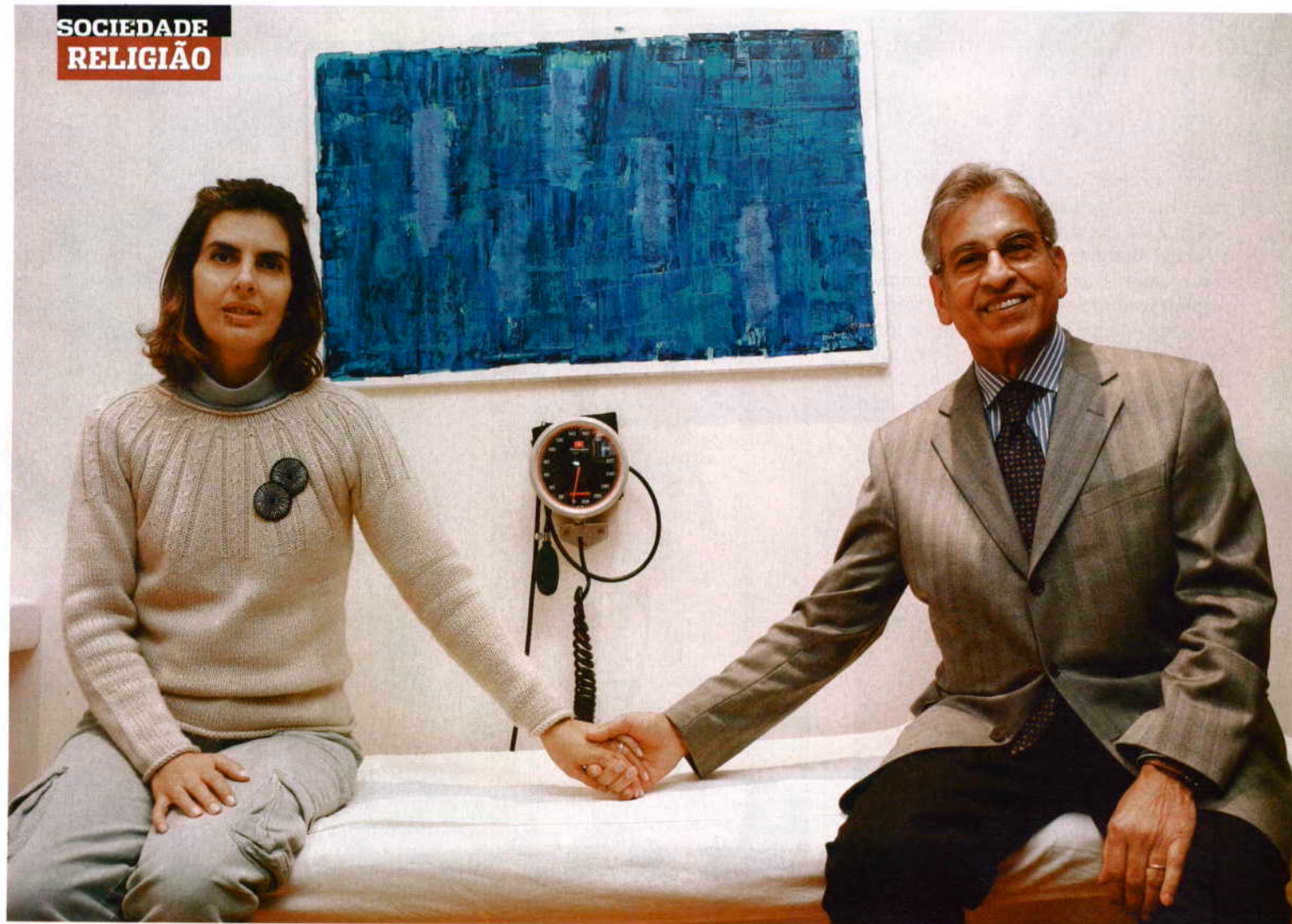
Gordinho, comandante da esquadra local da PSP, a frisar que o objectivo foi "alertar as vítimas sobre os seus direitos e dizer-lhes que denunciar é sempre o primeiro passo".

Sofia Gordinho disse que ainda existe muito pudor e medo em denunciar os agressores, normalmente familiares próximos. "A intimidação pelo agressor, a vergonha da sociedade calam a vítima", contudo, "fruto de um esforço de várias entidades tem havido um incremento das denúncias", reconheceu.

"Tentamos sempre junto das vítimas que decidam pelo procedimento criminal, mas nunca forçamos a decisão. Alertamos é para as consequências que possam advir se não o fizerem", disse por sua vez Carmen Videira. A Esquadra da PSP do Cartaxo dispõe de um elemento e uma sala destinados ao atendimento dos casos de violência doméstica.



**SOCIEDADE
RELIGIÃO**



A última cruzada

Os avisos do cardeal-patriarca contra os muçulmanos reavivaram velhas feridas. Mas haverá mesmo razões para temer o Islão?

LUÍS RIBEIRO E PATRÍCIA FONSECA (TEXTO) E JOSÉ CARLOS CARVALHO (FOTOS)

Quando Fátima Pereira, 52 anos, ouviu as palavras de José Policarpo, alertando para os «sarilhos» que as mulheres portuguesas arranjariam caso se envolvessem com homens muçulmanos, sentiu um aperto no coração. Recordou o pesadelo que viveram as suas filhas, quando iniciaram namoro com dois iraquianos, em 2004. Relações que acabariam de forma trágica, com a morte da mais velha, Elisabete, assassinada num «crime de honra», com 23 facadas.

As irmãs Maria Goreti, 19 anos, e Maria Elisabete, 24, tinham deixado a Cova da Piedade e emigrado para Londres há sete meses. Assinaram contrato com uma empresa de trabalho temporário e foram colocadas numa fábrica de congelados. A ha-

bitação estava incluída no ordenado, mas, afinal, «as casas eram contentores», explica a mãe. As condições eram degradantes e, um mês depois, já trabalhavam noutra fábrica, aceitando repartir uma casa com três colegas iraquianas.

«Foi tudo muito rápido», recorda Fátima. «Conheceram-se em Outubro, começaram a namorar e, em Dezembro, já falavam em casamento.» Os pais, católicos, inquietavam-se com as conversas telefónicas de Elisabete, que começara a frequentar a mesquita, a usar burca e a estudar o Corão. A irmã mais nova, Goreti, já noiva de Omid Bakhshi, 29 anos, foi proibida de falar – até com a mãe. Era Elisabete que servia de intermediária entre ela e o mundo. Os pais tentavam, à distância, demovê-las. «Para quê tanta pres-

sa?», repetia Fátima, que telefonava para Inglaterra todas as noites, inquieta. «Elas foram enroladas sentimentalmente», lembra hoje, de lágrimas nos olhos.

DE NOIVO A ASSASSINO

No início de 2005, os amores pelos iraquianos esfriaram. As irmãs passaram a fazer limpezas no hospital de Leicester e, pouco depois, Elisabete engravidou. O seu namorado desapareceu, ela desligou-se da mesquita e, com o apoio da família, decidiu ter o filho sozinha. As irmãs descobriram, nessa altura, que Omid seria deportado para o Iraque a 29 de Abril, pois, segundo o seu advogado, o asilo em território britânico não seria concedido. Casando com uma cidadã portuguesa, o seu problema ficava resolvido – mas a relação entre os dois azedou.

A 9 de Abril, no aniversário de Goreti, os pais voltaram a ouvir a sua voz: o noivado estava terminado. Mas as filhas mostravam-se assustadas com a perseguição do iraquiano e, com a gravidez de Elisabete a dificultar-lhe o trabalho, foram convencidas pelos pais a regressar a casa. Na véspera da partida, a 14 de Abril, Goreti envolveu-se



Uma família, duas religiões

Oenlace entre **Maria João**, 42 anos, e **Karim Vakil**, 66 anos, foi o mais misto possível: união civil seguida de união muçulmana. Só não fizeram o pleno porque Karim era divorciado, condição que o catolicismo não admite. A vivência, no entanto, não deixa de ser multi-religiosa. Ambos assistem a casamentos dos dois lados, em igrejas e em mesquitas. Os filhos, de 5 e 7 anos, são educados segundo os preceitos do Islão, mas frequentam um colégio franciscano («Fica perto de casa», explica o pai). Não há carne de porco nem álcool lá em casa, mas a árvore de Natal marca presença. «E fazemos o almoço do fim do Ramadão», acrescenta Maria João Vakil. O filho mais velho de Karim, do seu casamento anterior, é também casado com uma católica.

numa violenta discussão com Omid, que não aceitava a rejeição. Aos olhos dele, a responsável era a irmã mais velha – a noiva não tinha vontade própria. Ainda ameaçou estrangular Goreti com um pano de cozinha. Mas foi Elisabete que pagou o preço da desonra. Quando a polícia chegou ao local, alertada por um telefonema de Omid, dizendo que a casa fora assaltada, encontrou Goreti em estado de choque, amarrada na sala a um radiador, com o fio do telefone. Elisabete estava no quarto, mergulhada numa poça de sangue.

UMA FÉ, MUITAS DIFERENÇAS

Em nenhuma passagem do Alcorão poderá Omid, alguma vez, encontrar justificação para o assassinio de Elisabete. Mas a crença religiosa foi o móbil do crime, como considerou o juiz Michael Stokes, que decretou a pena máxima para o iraquiano «desonrado» (26 anos de prisão, tendo de cumprir obrigatoriamente metade da pena).

Este tipo de comportamento é repudiado pela generalidade das comunidades muçulmanas mas ainda existem grupos com códigos de conduta rígidos, moldados há séculos por diferentes influências cultu-

rais, políticas e religiosas. Por isso, existem tantas interpretações do Islão e a sua vivência é tão dispar em países como Marrocos (mais aberta) ou a Arábia Saudita (mais repressiva). A excisão feminina, praticada em países africanos, em nome do Islão, por exemplo, não existe no mundo árabe. A utilização da burca, cobrindo o corpo feminino, também não é prática generalizada.

As regras da comunidade xiita iraquiana, a que Omid pertencia, são muito diferentes das praticadas pelos muçulmanos residentes em Portugal – a maioria veio de Goa e de países africanos, como a Guiné ou Moçambique, e convivem, há décadas, com a sociedade portuguesa. A vaga mais recente de imigração, de países asiáticos, não alterou esta realidade.

«Nós não gostamos de zangas», diz Azad Miah, 29 anos, natural do Bangladesh, sentado num pequeno banco de plástico, à porta da sua loja de roupa, no multicultural Centro Comercial do Martim Moniz. «De onde venho, muçulmanos, hindus, budistas, católicos, todos se casam uns com os outros. Se a mulher gosta do homem e o homem da mulher, casam-se. É simples. A religião não importa.»

«Vê-se mesmo que é um bom cristão.» Karim Vakil, 66 anos, recorda, a sorrir, as palavras de uma paciente agradecida, quando o consultor de medicina interna trabalhava no Instituto Português de Oncologia. Karim é muçulmano. «O grande mal é as pessoas não se conhecerem», garante. «Quando se amplia o conhecimento, fica-se mais próximo dos outros.»

Karim Vakil está casado há 14 anos com Maria João, 42 anos, católica. Não querendo entrar em polémicas com o cardeal, mostra-se triste com a ignorância do Ocidente em relação ao islamismo. «Isso de o homem poder bater na mulher não vem no Alcorão. Um homem que o faça é até motivo de chacota pública», assegura. «Não podemos confundir as coisas. Há aspectos culturais que são assumidos como religiosos. Ter várias mulheres, por exemplo, é um hábito que vem dos berberes. Da mesma forma que, se alguém, aqui, bate na mulher ou estaciona no passeio, também não parto do princípio que o faz por ser católico.»

Dos registos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) consta um só caso de violência doméstica num casal inter-religioso. Mas é um exemplo que cobre o aviso do cardeal-patriarca de uma ironia pouco fina: Fatima (nome fictício), uma mulher marroquina, muçulmana, a ser maltratada e agredida pelo marido português, católico.

A família de Fatima bem tentou fazer o papel de José Policarpo, alertando-a para os perigos daquele casamento. Mas ela não lhes deu ouvidos. Assim que chegaram a Lisboa, já casados, o homem fechou-a em casa e começou a bater-lhe, justificando-se com os supostos hábitos da sua religião. Fatima viu-se num pesadelo: sem poder sair, não aprendia Português e, portanto, não sabia como e a quem pedir ajuda; por outro lado, não contava à família o que se passava, nos telefonemas para Marrocos, por vergonha e medo de ser repudiada. A situação chegou aos gabinetes da APAV, há três anos, através de uma vizinha. A associação preparou- ▶

Elisabete foi morta pelo noivo da irmã, com 23 facadas. O iraquiano foi condenado a 26 anos pelo 'crime de honra'





► -lhe uma nova vida, noutro ponto do País. «Este tipo de comportamento acontece em todos os credos», explica Carla Amaral, 32 anos, gestora da Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica, da APAV. «A diferença – de religião, nacionalidade ou qualquer outra coisa – é usada como motivo de coacção.»

Podem encontrar-se pretextos em todos os textos sagrados. Também S. Paulo escreveu: «Mulheres, sede submissas aos vossos maridos.» Como lembra Maria Julieta, 63 anos, investigadora do papel da mulher nas religiões e religiosa do Sagrado Coração de Maria, «o texto ainda é lido em muitas misas». Leia-se o Alcorão ou a Bíblia, há que ter em conta que «a religião é um produto da cultura e do tempo» e que os textos requerem interpretação. Paulo Mendes Pinto, 38 anos, professor de Ciência das Religiões, na Universidade Lusófona, reforça a ideia: «Com o processo de laicização da nossa sociedade criámos a ideia de que sempre respeitámos as mulheres. Mas isso não é verdade e basta lembrar o estatuto social que tinham antes do 25 de Abril.»

O SARILHO QUE É O CASAMENTO

A comunidade islâmica ficou «magoada» com as declarações de José Policarpo. «Se

Casamento misto... católico

É com orgulho que **Cátia Domingues**, 25 anos, e **Abdul Allibhai**, 31, mostram as fotografias do casamento, penduradas nas paredes da sala e do quarto do casal. Namoraram durante seis anos e, em 2005, casaram-se pela igreja católica, apesar de Abdul ser muçulmano. «Para mim, não fazia sentido converter-me ao islamismo», explica Cátia, e Abdul apreciou o facto de não ter de se converter ao cristianismo para casar da forma que a noiva sonhara. «Nesse ponto, a igreja católica é mais tolerante.» Abdul nasceu em Moçambique e veio para Lisboa quando tinha 8 anos. Foi sempre educado segundo os preceitos muçulmanos, com a avó materna, mas a prática diária da religião era difícil. Frequentava uma escola pública, onde comia «o mesmo que os outros». A avó cumpria o Ramadão, Abdul nem por isso. «Havia coisas na religião que, para mim, não faziam sentido.» A sua filha, Edna, tem 12 anos e mostra curiosidade pela religião dos avós paternos. A mãe é católica mas Edna também não foi baptizada. Abdul quis dar essa liberdade à filha: «Há-de ser ela a escolher a sua religião.»

fosse outra pessoa, poderíamos considerar ignorância. Mas não do cardeal-patriarca – ele não podia ter dito uma coisa daquelas», desabafa um membro destacado da comunidade, que não quis ser identificado.

A «zanga» poderá ter efeitos positivos. «Talvez o diálogo inter-religioso, que tinha caído na estagnação do politicamente correcto, vá agora evoluir», considera Mendes Pinto. Ainda há «um grande desconhecimento do outro», lembra, considerando que, na sociedade portuguesa, faltam iniciativas que promovam a aprendizagem de culturas e religiões. «Deviam falar mais

destes assuntos na escola», sugere Fátima Pereira, sublinhando que as filhas «não faziam ideia do que era aquela religião». Apesar de não se conhecerem comportamentos extremistas em Portugal, eles são bem reais noutras comunidades, noutros países. Nesta e noutras religiões. «Não são as católicas que têm de pensar bem antes de casar com muçulmanos», diz uma jovem muçulmana (que pediu para falar sob anonimato), casada com um português católico. «São todas as mulheres e todos os homens. O casamento em si pode ser um monte de sarilhos. Ponto.»

23-01-2009

Tiragem: 5000**País:** Portugal**Period.:** Semanal**Âmbito:** Regional**Pág:** 4**Cores:** Preto e Branco**Área:** 8,98 x 9,61 cm²**Corte:** 1 de 1

Violência doméstica preocupa Cartaxo

O Cartaxo foi responsável por cerca de 40 por cento dos casos de violência doméstica denunciados no distrito de Santarém, em 2008, sendo um dos concelhos mais problemáticos neste tipo de violência, apenas ultrapassado pela capital de distrito.

Os casos referenciados tanto abrangem a violência conjugal, como sobre idosos, disse Cármen Videira, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), durante uma acção de sensibilização promovida pela PSP local, intitulada “Quando a Família Maltrata - Violência Doméstica e Negligência”. Esta acção destinou-se à camada mais idosa da população do Cartaxo, com o objectivo de “alertar as vítimas sobre os seus direitos e dizer-lhes que denunciar é sempre o primeiro passo”, conforme referiu a comissária Sofia Gordinho, comandante da esquadra local da PSP.

A Esquadra da PSP do Cartaxo dispõe de um elemento e de uma sala destinados ao atendimento dos casos de violência doméstica.



UM dá consultas gratuitas a vítimas de maus-tratos

O Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano da Universidade do Minho iniciou um serviço de consultas gratuitas dirigidas a idosos que se julguem vítimas de maus-tratos e/ou negligência, disse à Lusa fonte da instituição.

Segundo fonte da Escola de Psicologia, o serviço agora lançado «apoia pessoas idosas vítimas de maus-tratos num ambiente seguro de consulta e obtém dados que permitam compreender as causas e as consequências do abuso e da negligência às pessoas idosas».

Os promotores querem, ainda, «promover a defesa da população idosa no que respeita ao abuso, negligência e auto-negligência», e «aumentar a consciência pública e o conhecimento do fenómeno dos maus-tratos e negligência».

A iniciativa resulta de um projecto promovido pela Universidade, no âmbito do qual decorrem já consultas nas Santas Casas da Misericórdia de Vieira do Minho e de Ovar, assim como na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Os psicólogos da UM consideram como «maus-tratos»



Idosos que se julguem vítimas de maus-tratos têm apoio na Universidade do Minho

os «actos que causam dano a uma pessoa idosa vulnerável, ou criem sérios riscos de dano (seja este dano deliberado, ou não), levados a cabo por um cuidador ou outra pessoa que faça parte de uma relação de confiança da pessoa idosa».

Nessa situação cai-se, também, quando «há falha do cuidador em assegurar as necessidades básicas da pessoa idosa ou protegê-la de danos, incluindo de comportamentos de uma pessoa idosa que ameçam a sua própria saúde ou segurança».

O Serviço de Consulta de Apoio a Pessoas Idosas Víti-

mas de Maus-tratos e/ou Negligência faz atendimento gratuito dos casos apresentados, com garantia absoluta de sigilo, apoiando e ajudando a pessoa a lidar/resolver o problema apresentado.

A duração do serviço de consulta será, em princípio, por tempo limitado, mas não termina antes do fim de Julho de 2009. Depois dessa data haverá disponibilidade para apreciar outros pedidos.

Os investigadores sublinham que «embora haja vantagens em que a consulta decorra no serviço, em alguns casos poderá ser considerada a possibilidade de se fazer o atendi-

mento num outro local, a combinar com a pessoa».

Caso seja necessário, e a pessoa o consinta, poderá também ocorrer o reencaminhamento para outros serviços, acentuam.

Em 2002, a Organização Mundial de Saúde alertou para o facto de que cerca de quatro a seis por cento dos idosos que vivem em casa são vítimas de abuso.

No primeiro semestre de 2008, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) concluiu que recorreram aos seus serviços 308 pessoas idosas vítimas de violência.



Carlos Rego

São cada vez mais frequentes as denúncias de casos de maus-tratos que fazem manchetes nos jornais ou invadem os relatórios policiais da região. O ano passado foi pródigo em denúncias deste tipo e segundo a APAV, só nos primeiros seis meses de 2008 o Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada registou 90 processos de apoio e que significaram um aumento de 1,9 por cento face ao período homólogo de 2007.

Segundo dados desta associação o mês de Janeiro de 2008 foi o que maior número de processos registou, durante o primeiro semestre do ano passado, com um total de 24 processos (aumento de 0,5 por cento face a período homólogo de 2007). Fevereiro registou cinco processos (aumento de 0,1 por cento), enquanto que Março teve um aumento de 0,4 por cento em relação ao mesmo período de 2007 (com 18 casos).

Em Abril foram registados 15 processos (aumento de 0,3 por cento), enquanto que em Maio e Junho registaram-se 19 e nove processos, respectivamente (aumento de 0,4 e 0,2 por cento, respectivamente).

Tendo em atenção que o total do ano de 2007 indicava cerca de 120 processos, o primeiro semestre do ano passado mostra que há uma tendência para um aumento significativo de processos, aliás comprovado através dos números de 2005, com um total de 92 processos, e 2006, com um total

de 107 processos.

Para Sílvia Branco, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada, trata-se de números que reflectem uma maior consciência dos direitos por parte das vítimas. “O aumento do volume processual ao longo dos últimos anos não reflecte um aumento da violência doméstica mas sim a consciência, por parte das vítimas, de que são alvo de um crime e, como tal, deve ser punido e devem procurar todos os seus direitos com base no apoio através de uma instituição”, explicou.

Porém, o primeiro passo para a denúncia da sua situação ainda é motivo de receio para muitas vítimas que aquando do primeiro contacto perguntam sempre se o eventual esclarecimento de alguma dúvida, especialmente num eventual processo de divórcio, implica a apresentação formal de uma queixa. “

Obviamente que sendo um crime público, qualquer um de nós o poderá denunciar. Acontece que fazemos sempre uma avaliação de risco porque, para nós, não nos interessa ter mais um caso denunciado, sabendo que a vítima não ficará em segurança”, disse, explicando que por tal facto, e durante o primeiro atendimento, a prioridade é a de garantir à vítima que irá haver um sigilo do processo. “A vítima esclarece as suas dúvidas e, se, eventualmente, quiser dar início ao processo-crime, encaminhamos a vítima para os locais onde poderá apresentar a queixa e, se eventualmente, apenas quiser retirar alguma dúvida no âmbito do processo-crime, ou do processo de divórcio, o técnico de apoio à vítima também o faz ”.

■ NÚMEROS NOS AÇORES NÃO PARAM DE CRESCER

Há mais violência doméstica ou denuncia-se mais?

O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Ponta Delgada registou 90 processos de apoio no primeiro semestre de 2008 e que significaram um aumento de 1,9 por cento face ao período homólogo de 2007.

Contudo, para o GAV este aumento homólogo não significa necessariamente um aumento da violência doméstica mas sim uma maior consciencialização das pessoas para denunciarem casos que, normalmente, estariam encobertos.

O nosso jornal falou com a gestora deste gabinete, Sílvia Branco, para que explicasse toda a dinâmica do GAV e o seu papel diário na defesa e aconselhamento das vítimas de violência doméstica.

Como chegar ao GAV

As vítimas de violência doméstica que pretendam obter apoio ou esclarecimentos poderão chegar até ao GAV de várias maneiras. Deslocar-se ao GAV, telefonar, enviar um fax ou uma mensagem de correio electrónico, são algumas das formas possíveis mas, segundo Sílvia Branco, “muitas das vezes recebemos no primeiro momento um contacto telefónico mas damos sempre alguma prevalência no encaminhamento da vítima para o gabinete porque através de um contacto presencial, conseguimos recolher mais informação e explorar o historial dos maus-tratos com maior exactidão”. Porém, quando a vítima prefere apenas um contacto telefónico, o GAV esclarece todas as dúvidas e presta o mesmo tipo de apoio e se, eventualmente, tiver alguma questão do foro jurídico, relacionada com processos judiciais, a mesma é encaminhada para o jurista do GAV.

Como explicou ao “Correio dos Açores”, no primeiro contacto da vítima com o GAV é efectuado um diagnóstico social para tentar perceber as necessidades específicas da mesma bem como, das pessoas envolvidas em todo o processo, nomeadamente família, amigos. Depois de efectuado este levantamento junto da vítima, há que ter em conta as expectativas da mesma face aos apoios disponibilizados pelo GAV para que não seja feita nenhuma diligência que vá contra o consentimento da mesma. “É importante, por isso, fazer este levantamento, sabendo quais as áreas cuja intervenção é necessária”, ressaltou.

O GAV coloca à disposição

das vítimas de crime, para além do apoio emocional, três tipos de apoio especializado, social, jurídico e psicológico de acordo com as necessidades específicas de cada vítima.

Uma das situações recorrentes e que contribuem para um maior receio da vítima em apresentar queixa prende-se com o facto de muitas delas se encontrarem em dependência económica do agressor. Sempre que existam crianças envolvidas neste processo, estas são também alvo deste apoio, por se tratar de “vítimas indirectas deste crime”, pelo que o acompanhamento determina também até que ponto este crime afecta estas mesmas crianças.

Centros urbanos mais propensos a violência

Em termos geográficos e apesar de não existir ainda dados relativos a 2008, é possível verificar através dos números de 2007 que os maiores centros urbanos são as zonas mais

propensas a este tipo de crime. Ponta Delgada foi, em 2007, onde se deram mais casos de violência doméstica tendo sido registados 42 casos, o equivalente a 46,2 por cento de todos os processos. Em segundo lugar surgiu a Ribeira Grande com 13 casos (14,3 por cento), seguindo-se a vila da Lagoa com seis casos (6,5 por cento).

Voluntariado precisa-se

A concluir, a gestora do GAV de Ponta Delgada reportou-se à falta de voluntariado social que se assiste e que, se existisse mais frequentemente, poder-se-ia ver uma cidadania mais activa. “Se, enquanto cidadãos, dermos o nosso contributo através do voluntariado, poderemos participar numa cidadania mais activa”, disse, concluindo que a força da APAV reside no voluntariado e que, por tal facto, gostaria de ver mais pessoas a procurarem o GAV para prestar o seu contributo social.



NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008 REGISTRARAM-SE 90 PROCESSOS DE APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



**piquete
polícia**

A violência doméstica ocorre dentro de casa e, na maior parte dos casos, vítima as mulheres

O CASO DE NUNO MELO

Em 2006, foi tornado público o caso que envolveu o actor Nuno Melo e a sua namorada de então, Isabel Nogueira. Ela apresentou queixa por agressão contra Melo, que foi chamado à esquadra. Nas declarações que prestou, o actor disse que também tinha sido agredido – arranhado – num braço.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É CRIME PÚBLICO

SOFRER em silêncio

Cada vez há mais casos de violência doméstica em Portugal. Só no ano passado, as autoridades contabilizaram mais 6 por cento de situações

Ao todo, a GNR e a PSP contabilizaram, no ano passado, quase 22 mil casos de violência doméstica no nosso país. Este número corresponde a um aumento de 6 por cento relativamente ao ano anterior. Estes dados fazem parte de um relatório de segurança interna em que se pode ler que as mulheres são as maiores vítimas e que estes crimes são perpetuados

essencialmente nas áreas urbanas em contraposição com as regiões predominantemente rurais. De facto, nos casos que chegam ao conhecimento das autoridades, as mulheres vítimas de maus-tratos representam mais de 80 % das situações, enquanto os homens estão identificados como agressores em cerca de 90 por cento dos casos. O aumento da violência doméstica

pode, de alguma forma, ser explicado – segundo dizem os analistas – por um maior conhecimento das populações em relação aos seus direitos, nomeadamente os mais idosos, conhecimento que resultará de um conjunto diverso de campanhas públicas que as autoridades têm vindo a fazer nos últimos anos.

O QUE FAZER?

Se o/a seu/sua amigo/a ou familiar está a ser vítima de violência doméstica, ajude-o/a a procurar apoio (contacte a APAV: 707 2000 77 0). A ajuda inicial de um amigo ou amiga ou de um familiar pode ser crucial para que a vítima de violência doméstica fale e peça ajuda para tentar sair da situação de violência em que vive e com que tem de lidar sozinha. Denuncie sempre o caso à polícia.



CURSO EFA

Os 16 formandos do curso EFA (equivalência ao 9.º ano) da Bússola, promoveram ontem uma exposição e uma tertúlia sobre questões ligadas aos Direitos Humanos.

Formandos interessados em Direitos Humanos



ROSA SANTOS

Representantes de instituições partilharam experiências com formandos

■ REDACÇÃO

Motivados, com muita vontade de aprender e também de partilhar as suas experiências de vida. São assim os 16 formandos que frequentam o Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA) promovido pela 'Bússola —Pesquisa de Mercado e Comunicação' e que ontem promoveram uma exposição e uma tertúlia, sobre a temática dos Direitos Humanos, no Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.

O curso —designado Instalação e Operação de Sistemas Informáticos— começou em meados de Outubro

e dará equivalência ao 9.º ano aos 16 formandos, que são oriundos dos concelhos de Braga, Guimarães e Póvoa de Lanhoso.

Carla Barbosa, um dos formadores deste curso, revelou ao 'CM' que foram os próprios formandos e seleccionar o tema dos Direitos Humanos para desenvolver no decorrer da formação.

Nas aulas foram elaborados cartazes, que ontem estiveram expostos na Craveiro da Silva, e também crónicas lidas pelos alunos antes da tertúlia e vídeos que foram também exibidos no decorrer da mesma sessão.

No decorrer da tertúlia, os

16 formandos tiveram oportunidade para ficar a conhecer melhor algumas instituições que trabalham em áreas de alguma forma ligadas aos direitos humanos, nomeadamente a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, e os Bombeiros Voluntários de Braga, estes representados pelo seu comandante, António Cerqueira.

Ainda no decorrer do curso, que se prolonga até ao final do ano civil, estão a ser preparadas mais duas iniciativas semelhantes às de ontem. "É tudo organizado pelos formandos", garante a formadora.



ROSA SANTOS

Formandos prepararam cartazes que estiveram expostos na biblioteca



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

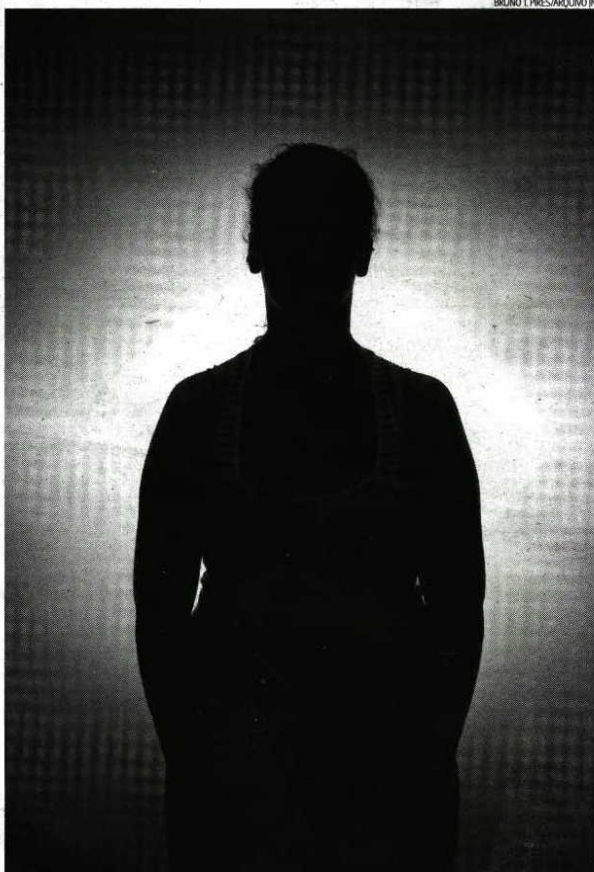
Agressor arguido após a denúncia

ALEXANDRA MARQUES
alexandra.marques@jn.pt

As vítimas de violência doméstica vão poder recorrer à teleassistência, além da pulseira electrónica a usar pelo agressor, que pode ser sujeito a medidas de coação após a denúncia. A versão final será debatida a 12 de Fevereiro.

Um juiz pode declarar arguido um agressor, logo que a vítima apresente queixa. Esta é, segundo, ao JN, o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, uma das alterações inscritas na versão final do projecto de proposta de lei de prevenção da violência doméstica e protecção à vítima, entrada, no dia 19, no Parlamento. Na versão submetida à consulta pública, o estatuto da vítima só era conferido ao queixoso, quando e se o agressor viesse a ser constituído arguido. "Trata-se de uma mudança importante porque imprime maior celeridade ao processo e resultou da audição pública que promovi a 6 de Janeiro", refere o governante e redactor do diploma.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a União Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) tinham criticado que, no texto inicial, "o encontro restaurativo" entre as partes fosse promovido para permitir a "restauração da relação pessoal existente", o que foi entendido como ajudar o agressor a regressar ao lar.



Mulheres vítimas de violência doméstica vão poder pedir ajuda através da teleassistência

Regime legal para a vítima

■ **Publicação na Primavera**
Agendada a discussão para dia 12 de Fevereiro, o diploma do Governo será debatido na especialidade, podendo sofrer ainda alterações, só devendo ser aprovado na Primavera.

■ **Idosos com prioridade**
Os idosos em situação de maior fragilidade e vítimas de agressões serão colocados em lares de acolhimento, tendo prioridade sobre quem está em lista de espera.

■ **Estatuto abrangente**
São consideradas vítimas de violência doméstica, não só as mulheres, mas também, os idosos, crianças e jovens.

■ **Direito ao RSI**
A vítima de maus tratos tem direito ao Rendimento Social de Inserção e a ter a titularidade do abono de família.

■ **Média de 1300 por mês**
No primeiro semestre de 2008 a APAV registou 7800 crimes, uma média de 1300 vítimas/mês, 90% das quais mulheres, dos 26 aos 55 anos de idade.

A redacção mudou e assim "durante a suspensão provisória do processo ou o cumprimento da pena pode ocorrer esse encontro desde que haja o consentimento expresso de ambos", refere Lacão.

Além disso, "foi clarificado que o encontro (na presença de um mediador) poderá servir para restaurar a paz social, atendendo aos legítimos interesses da vítima".

Agressor precisa de concordar

O que não mudou foi o consentimento obrigatório do agressor para lhe ser aplicado um meio electrónico de vigilância, vulgo: a pulseira electrónica.

O encontro restaurativo da paz social só ocorrerá com o consentimento expresso de ambos

A APAV e a UMAR contestaram esta anuência do agressor, mas Jorge Lacão justifica que não pode ser de outra forma e que se o agressor recusar a pulseira, corre o risco do juiz lhe decretar uma medida de coação mais pesada, como a prisão preventiva.

Na versão anterior, a vigilância à distância só era prevista para o agressor. Agora a vítima também pode usar meios de teleassistência para pedir ajuda, como "pager" ou telemóvel. ■

28 JAN 09

Procuradora adjunta

Condenados por violência doméstica devem cumprir pena em locais especiais

A procuradora-geral adjunta Cândida de Almeida defendeu hoje a criação de núcleos especiais nas prisões para acolher condenados do crime de violência doméstica.

Cândida de Almeida falava hoje numa conferência sobre Violência Doméstica - Perspectivas Actuais, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa.

O agressor, defendeu, deve ser acompanhado, pelo que a punição de um crime de violência doméstica não deve ser cumprida num espaço onde se encontram presos por tráfico de droga ou outro tipo de crimes.

Segundo Cândida de Almeida, directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), o legislador deve adaptar as cadeias às questões especiais, como considerou ser o caso da violência doméstica.

«Este agressor que bateu na pessoa de quem diz gostar não deveria ser colocado numa prisão normal. Não é assim que vai alterar o seu comportamento», disse a procuradora-geral adjunta.

Por outro lado, Cândida de Almeida considera que os estabelecimentos prisionais portugueses estão longe do ideal em matéria de dignidade humana.

Já no que respeita às vítimas de violência doméstica, a magistrada defendeu que deve ser evitada a dupla vitimização.

A vítima, explicou, deve ser poupada a sucessivas inquirições e deve ser ouvida num ambiente agradável.

Nos últimos oito anos foram registados 132 mil casos de vítimas de violência doméstica em Portugal, segundo dados recentemente divulgados pelo Governo.

Só nos primeiros seis meses de 2008, a violência doméstica foi responsável por quatro mortes em Portugal, divulgou, entretanto, a APAV.

Além dos quatro homicídios, a Associação e Apoio à Vítima (APAV) registou 2.332 situações de maus-tratos físicos, 2.640 de maus-tratos psicológicos e 1.557 casos de ameaças-coacção.

O Governo aprovou a 15 de Janeiro a versão final da proposta para reforçar o combate à violência doméstica, que prevê que o agressor pode ser detido fora de flagrante delito e a utilização de meios electrónicos para controlo à distância dos arguidos.

De acordo com a proposta, pela primeira vez define-se um **«estatuto de vítima de violência doméstica»**, que será **«reconhecido no momento de apresentação de uma queixa fundamentada»** e que consagra um quadro de direitos e deveres, não só no âmbito judicial.

Por outro lado, e tendo como finalidade a protecção das vítimas de violência doméstica, prevê-se a possibilidade de recurso a meios técnicos de controlo à distância dos arguidos, bem como **«a possibilidade de protecção da vítima com recurso a meios técnicos de teleassistência»**.

Na vertente jurídico-penal, consagra-se a natureza urgente dos processos relativos à violência doméstica, assim como **«a criação de medidas urgentes de protecção, aplicáveis nas 48 horas subsequentes à notícia do crime»**.

Lusa/SOL



QUESTÃO DE JUSTIÇA

Casos de mães pais e filhos que se

QUANDO O CRIME MORA EM CASA

Só esta semana houve dois casos de violência entre pais e filhos. Um deles acabou em morte e o outro só não terminou em tragédia porque a mulher do agressor e duas crianças conseguiram fugir

CARLOS TOMÁS | TEXTO

"Tive um bebé e matei-o. Meti-o dentro de uma arca congeladora." Foi desta forma fria e sem quaisquer sinais de remorsos, de acordo com os juizes que a ouviram, que Adelaide, de 35 anos, confessou o homicídio do filho.

A mulher asfixiou o recém-nascido e confessou o crime à PSP a 22 de Fevereiro de 2008. Era casada, vivia em Vilar de Andorinho, Gaia, e era mãe de três filhos de 14, 7 e 2 anos. Tentou disfarçar a gravidez, mas o aumento da barriga levantou suspeitas junto dos amigos. "Ela jurava que era um fibroma", recordou ao *24horas* Júlia Marques, uma amiga. A depressão pós-parto terá motivado o crime.

Do particular para o geral, a verdade é que as mortes entre pessoas pertencentes à mesma família têm, segundo dados divulgados pelas autoridades, aumentado nos últimos anos. Mais de meia centena de pessoas já morreram devido à violência doméstica neste século e a tendência é, segundo os psiquiatras, para a ocorrência de mais tragédias.

A depressão pós-parto, as dificuldades económicas e o consumo excessivo de álcool estão na origem da maioria das mortes. Mas também há violações, abusos sexuais praticados por professores e meninos que falecem por falta de alimentação. As crianças sofrem e às vezes ou são mortas ou matam. O crime mora muitas vezes em casa.

Morto à machadada

Esta semana ocorreram dois casos de violência familiar só na região da Grande Lisboa. O primeiro deu-se em Porto Salvo. Carlos "o pescador", como era conhecido na zona, teve um final trágico. Na madru-

gada de terça-feira foi morto pelo próprio filho, de 21 anos, com um golpe de machado na cabeça. O rapaz entregou-se na 82ª esquadra da PSP, confessando o homicídio. O crime deu-se na Rua Terra da Eira, onde todos os moradores não estranharam o facto.

De acordo com os vizinhos, as discussões entre Carlos, a mulher e os filhos eram constantes e quer a PSP quer a GNR foram a casa do casal, mais de uma dezena de vezes devido a distúrbios familiares.

"O pescador", conhecido assim por andar sempre com três facas e fabricar artefactos para apanhar polvos, não teve morte imediata. Ainda foi transportado ao Hospital de São Francisco Xavier e sujeito a uma intervenção cirúrgica, mas acabou por falecer.

No mesmo dia, mas já à noite, cerca das 23 horas, um homem tentou imolar-se e matar a família (a mulher e dois filhos menores), com um maçarico, que utilizou para pegar fogo à casa, localizada no Bairro da Serafina, em Lisboa. Só a intervenção dos vizinhos e dos bombeiros evitaram a morte dos quatro. O consumo excessivo de álcool terá estado na origem dos dois incidentes.

Meia centena de mortes

Os últimos dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) não deixam margens para dúvidas. Só no primeiro semestre de 2008 foram registados 4699 processos de violência doméstica. Desde o ano 2000 que mais de meia centena de crianças perderam a vida, outras foram abusadas sexualmente pelos pais e mães e outras raptadas.

De acordo com a APAV, as principais vítimas de violência sobre menores, entre 2000 e 2007, atinge a faixa etária com-

preendida entre os 11 e os 17 anos, mas mais de 460 bebés – idades entre zero e três anos – foram vítimas de maus-tratos por parte de pais e mães e 13 foram mesmo mortas. Quase mil crianças foram alvo de abusos sexuais, alguns praticados pelos seus docentes.

Maus tratos físicos e psíquicos, violações, subtração de menores, homicídios, violação da obrigação de alimentos, raptos, lenocínio, propagação de doenças contagiosas... há de tudo um pouco só no primeiro semestre de 2008. Simplesmente arrepiante.

E não se pense que estes casos ocorrem apenas junto de famílias com dificuldades económicas ou pouco letradas. O número de mortes devido à violência doméstica está a aumentar no seio de famílias compostas por pessoas com cursos superiores.

As queixas neste sector registadas pela APAV já ultrapassam os 10%, mas a PSP, a GNR e a PJ calculam que rondará mais de 20%. "Muitas agressores escondem as suas qualificações académicas e as profissões por medo de represálias no trabalho e centenas de vítimas simplesmente não se queixam", explicou ao *24horas* um responsável da PJ.

Decapitados

O caso de Helena Campos, actualmente com 40 anos, é bem o exemplo das mortes cometidas por pessoas com níveis superiores de estudos. Em Setembro de 2007 esta contabilista pegou numa faca eléctrica e decapitou os seus dois filhos menores. Depois, serrou a sua própria cabeça. O crime familiar deu-se na freguesia de São José, em Viseu. O marido é militar da GNR e desde então tem recebido apoio psicológico.

Foi o guarda que descobriu a tragédia e

chamou os bombeiros e a PJ. “Quando entrámos na casa o cenário era arrepiante. Primeiro encontrámos dois corpos, mãe e filha, no quarto do casal, o terceiro corpo estava na sala e além de serrado tinha uma perna partida. Ela matou primeiro o menino e depois a filha, suicidando-se em seguida”, recordou um dos bombeiros que se deslocou à casa do casal.

Helena Campos era licenciada em Economia e trabalhava numa empresa de transportes de Viseu. O facto de lhe ter sido diagnosticado um tumor no cérebro terá motivado uma depressão e os filhos, Maria João, de 11 anos, e Filipe, de oito, pagaram com a morte.

Em Maio de 1988 deu-se outra tragédia familiar cujo desfecho só foi conhecido na época de Natal de 2006. A criminosa, uma mulher com cerca de 30 anos, foi condenada por matar o filho menor, deficiente mental, à fome. O juiz Emídio dos Santos não teve dúvidas quando a mandou para a prisão durante oito anos. “A arguida demonstrou desinteresse pela sorte do filho. O rapaz, devido à fome, ficou com atrofia muscular, ausência total de tecidos adiposos e olhos encovados”, lê-se no acórdão de condenação. O magistrado salientou ainda que o caso era “de especial censarubidade e perversidade”.

A autora do crime vivia na Barosa, em Leiria, e mudou-se para Andorra logo que o menor morreu, mas acabou detida pelas autoridades locais e foi extraditada para Portugal. O pai da vítima foi condenado a dois anos de cadeia pelo abandono do filho. Já está em liberdade.

Bebés também são vítimas

O que também está a aumentar é a aparição nos mais diversos locais de bebés mortos. Um dos casos mais mediáticos deu-se precisamente na última passagem de ano, quando uma criança foi encontrada, por empregados de limpeza do Pingo Doce de Mirandela, morta e embrulhada num saco de plástico daquele supermercado. Era um recém-nascido e a mãe, que ainda não foi identificada, teve o parto na casa de banho para mulheres do estabelecimento. A PJ está a investigar o crime.

Outra situação semelhante ocorreu em 2006, mas desta vez com final melhor. Um bebé foi encontrado no interior de um caixote do lixo na Rua dos Lagares de Cima, na Mouraria, em Lisboa. Ninguém sabe, até hoje, quem é que deitou o recém-nascido ao lixo. A criança foi descoberta por um morador, que ouviu o choro, e entregou

aos cuidados de uma instituição de solidariedade social.

Homicídios por misericórdia

O conceituado psiquiatra Afonso de Albuquerque, ouvido pelo 24horas, considera que só o apoio médico, que tem sido cada vez mais procurado, poderá colocar cobro à violência no seio familiar e, sobretudo, às mortes das crianças recém-nascidas.

O clínico considera que a maioria das mortes praticadas por mães ou pais sobre

os filhos são “homicídios por misericórdia”. “As pessoas têm muitas vezes pensamentos negativos, por doenças, problemas conjugais ou mesmo profissionais. Tudo isso faz com que passem a ter ideias destrutivas. Acreditam que viver já não vale a pena e projectam nos filhos essa mentalidade, acreditando que os filhos também vão sofrer se sobreviverem”, disse o psiquiatra, acrescentando: “São casos que podem ser facilmente tratados. Basta que as pessoas em depressão, nomeadamente após um parto, procurem ajuda médica.”

